

ÍNDICE GERAL

NOTA PRÉVIA DA 2ª EDIÇÃO	5
CAPÍTULO I – INTRODUÇÃO	7
§ 1º A ação de anulação como meio normal de impugnação da sentença arbitral	7
§ 2º Irrenunciabilidade do direito de requerer a anulação da sentença	21
CAPÍTULO II – OBJETO E FORMA DA AÇÃO DE ANULAÇÃO	27
§ 3º Decisões que podem ser objeto da ação de anulação	27
§ 4º Prazo para instaurar a ação de anulação	30
§ 5º Tramitação da ação de anulação	35
CAPÍTULO III – FUNDAMENTOS DE ANULAÇÃO	39
§ 6º Considerações gerais	39
§ 7º Os fundamentos de anulação na LAV	42
a) Incapacidade de uma parte e invalidade da convenção de arbitragem [art. 46º, nº 3, a), i)]	43
b) Violação de princípios fundamentais do processo arbitral [art. 46º, nº 3, a), ii)]	50
c) Ultrapassagem do âmbito da convenção de arbitragem [art. 46º, nº 3, a), iii)]	56

d) Grave irregularidade na composição de tribunal arbitral ou no processo arbitral [art. 46º, nº 3, a), iv)]	61
e) Violação do princípio do dispositivo [art. 46º, nº 3, a), v)]	67
f) Falta de fundamentação ou de assinatura da sentença [art. 46º, nº 3, a), vi)]	73
g) Ultrapassagem do prazo máximo fixado pelas partes [art. 46º, nº 3, a), vii)]	85
h) Inarbitrabilidade do litígio [art. 46º, nº 3, b), i)]	88
i) Ofensa da ordem pública internacional [art. 46º, nº 3, b), ii)]	90
(a) Aceções do conceito de ordem pública	90
(b) Esboço de concretização da ordem pública	98
(c) O conteúdo da ‘ordem pública internacional’ referida no art. 46º, nº 3, b) ii) da LAV	110
j) Ofensa da ordem pública internacional em arbitragens internacionais [art. 54º]	124
(a) O equívoco conceitual subjacente	124
(b) A incongruência e inutilidade desta disposição	126
§ 8º Intensidade do controlo do juiz sobre a sentença impugnada	136
a) Quanto à generalidade dos fundamentos de anulação da sentença	140
b) Quanto à contrariedade à ordem pública	143
§ 9º Perda do direito de impugnar	152
CAPÍTULO IV – PARA LÁ DA ANULAÇÃO DA SENTENÇA	161
§ 10º Anulação parcial da sentença impugnada	161
§ 11º Reenvio da sentença ao tribunal arbitral	162
§ 12º Efeito cassatório da anulação da sentença arbitral	169
§ 13º Manutenção da eficácia da convenção de arbitragem	173

ANEXOS

ANEXO A	177
Lei da Arbitragem Voluntária (Lei nº 63/2011, de 14 de dezembro)	177
ANEXO B	181
UNCITRAL Model Law on International Commercial Arbitration	181
Loi type de la CNUDCI sur l'arbitrage commercial international	183
Ley Modelo de la CNUDMI sobre Arbitraje Comercial Internacional	185
ÍNDICE BIBLIOGRÁFICO	187
ÍNDICE GERAL	195